



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ATA N.º 1/2012

----- Ata da reunião ordinária realizada aos doze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e doze. -----

----- Aos doze dias do mês de janeiro de dois mil e doze, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Município, a Câmara Municipal de Manteigas, sob a Presidência do Senhor Presidente da Câmara, Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho, encontrando-se igualmente presentes os Vereadores, Senhores José Manuel Custódia Biscaia, António José Ascensão Fraga e José Manuel Saraiva Cardoso. -----

O Senhor Vereador Marco Alexandre Lucas Veiga não estava presente, por se encontrar de férias.-----

Sendo cerca das catorze horas e quarenta e cinco minutos, o Senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião. -----

----- De conformidade com o art.º 87.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com a redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, a ordem do dia estabelecida para a presente reunião inclui os seguintes assuntos: -----

1. Aprovação da ata da reunião anterior.

2. Período Antes da Ordem do Dia.

3. Ordem do Dia

3.1. Ratificação da decisão sobre o pedido de isenção de taxas, formulado pela Santa Casa da Misericórdia de Manteigas, referente ao processo do imóvel descrito na Matriz Urbana, da Freguesia de Santa Maria (Manteigas), sob o nº 626, sito na Praça Luís de Camões.

3.2. Apreciação do e-mail remetido pelo Senhor Jorge Patrão, do Turismo Serra da Estrela, em representação da Comissão Permanente da Fundação Escola-Gest, datado de 22 de novembro de 2011, e deliberação sobre a renda da Escola Profissional de Hotelaria de Manteigas.

3.3. Apreciação da informação nº 01/2012 – Tesouraria (JM), datada de 03-01-2012 e deliberação referente a alteração da Norma de Controlo Interno – Fundo de Maneio e Anexo I (Movimento em Caixa e Bancos).

3.4. Apreciação da proposta do Senhor Presidente, nos termos do artigo 5º, do Decreto-Lei nº 209/2009, de 03 de setembro, conjugado com o artigo 7º, da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

3.5. Ratificação dos atos praticados constantes na informação nº 01/2012/ABS.P, datada de 04 de janeiro de 2012, referente às aquisições de serviços – requisições.

Aprovação da ata da reunião anterior.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----Achada conforme, a ata da reunião anterior foi aprovada por unanimidade e assinada, dispensando-se a sua leitura, devido ao facto de o seu texto ter sido, previamente, distribuído.----

Período Antes da Ordem do Dia.-----

-----Foi proposto e subscrito, por unanimidade que, apesar de terem sido apresentadas as condolências, pessoalmente e institucionalmente, em solidariedade com a perda do Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, ficasse registado, formalmente, o profundo pesar do Órgão Executivo do Município de Manteigas, pelo perecimento da Senhora Dra. Adelaide Fraga, mãe do Senhor Vice-Presidente. -----

-----O Senhor Presidente propôs um voto de sucesso e felicidades em termos institucionais e em termos pessoais aos Órgãos Sociais e a toda a equipa que tomou posse para gerir a Santa Casa da Misericórdia de Manteigas, no sentido de que seja possível levar a cabo todo o trabalho que se lhes afigura, nomeadamente o desafio da instalação e funcionamento do Centro de Cuidados Continuados. -----

-----A proposta foi subscrita por unanimidade.-----

-----O Senhor Presidente agradeceu a compreensão manifestada pelos Senhores Vereadores relativamente ao pedido de alteração da data da realização da reunião de Câmara, motivada pela marcação, coincidente, de uma reunião no Comando-Geral da GNR (Guarda Nacional Republicana), em Lisboa. Prosseguiu dizendo que esta reunião tinha sido solicitada no mês de novembro, a fim de ser esclarecida uma questão relacionada com o Sub-Agrupamento de Montanha da GNR, sediado na Serra da Estrela. Contudo, a reunião não aconteceu mais cedo devido a questões de saúde do Senhor Comandante, do Comando Geral da GNR. Evocou que há cerca de um ano, a Câmara Municipal de Manteigas entregou ao Senhor Governador Civil da Guarda e ao Senhor Comandante da Brigada Territorial da Guarda, um dossier com a identificação das instalações onde se pensava instalar esse Sub-Agrupamento, não por solicitação de alguém, ou por procura concreta do local, mas porque a Câmara percebeu que havia posicionamentos de diversos municípios, no sentido de sediarem esta força da GNR de Montanha. Existia uma forte vontade da Câmara Municipal de Manteigas em sediar no seu Concelho essa brigada pensou que existiam condições para tal e nesse sentido, entregou um *dossier* que foi apresentado pelo Governo Civil da Guarda e pelo Senhor Comandante da Brigada Territorial da Guarda, em Lisboa, a par de outros *dossiers* pertencentes a outros municípios da região, nomeadamente da Câmara da Covilhã. Passado um mês, foi dito à Câmara que Manteigas não tinha sido preferida para a instalação dessa força de montanha e que, por questões operacionais, ficaria melhor sediada nas Penhas da Saúde, por estar mais próxima da zona de intervenção e, porque na altura também, Manteigas ainda estava sujeita ao encerramento da via Manteigas – E.R. 338 e os Piornos, logo que nevasse. Continuou dizendo



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

que, passado tanto tempo e tendo apenas conhecimento empírico da possível construção de um quartel nas Penhas da Saúde, com oferta de terreno e da construção do mesmo por parte da Câmara Municipal da Covilhã, nada foi transmitido, oficialmente, à Câmara Municipal de Manteigas. O objetivo da reunião foi inteirar-se do que se passava relativamente a esta matéria. O Sub-Agrupamento de Montanha ainda se encontra na Covilhã, juntamente com o destacamento desta cidade e, uma vez que não houve alteração nenhuma, solicitou a reunião. O Senhor Comandante Geral transmitiu-lhe que não era, somente, um anúncio de intenções, mas sim um facto que está já a acontecer. A Câmara da Covilhã terá oferecido um terreno, para a instalação da Força de Montanha e, numa segunda fase, terá dado o projeto e haverá uma terceira fase para o pagamento das próprias instalações. Segundo o que disse o Senhor Comandante Geral, a construção será em madeira e ficará integrada na paisagem da Serra da Estrela.-----

Prosseguiu dizendo que, nessa mesma reunião, foi falado que Manteigas tem, em termos de socialização de famílias, melhores condições do que as Penhas da Saúde, para que sejam instalados os operacionais da GNR, que ali possam vir a prestar serviço. Contudo, subsiste a questão da localização que, em termos operacionais está muito mais perto e centrado nas Penhas da Saúde. Continuou dizendo que também lhe fez sentir a necessidade de uma grande proximidade entre a brigada de montanha e o concelho, que tem existido e que, segundo disse o Senhor Comandante Geral, continua a existir com todos os municípios desta região, nomeadamente com Manteigas. -----

Prosseguiu dizendo que tem existido uma proximidade com eles, quer em conjunto com os bombeiros, com o próprio Comando da GNR em Manteigas, e toda a orgânica da Câmara e Proteção Civil e foi garantido que continuará a acontecer assim.-----

Também questionou o Senhor Comandante Geral relativamente a uma outra construção, que tem nada a ver com o Concelho e pese embora não se sediar cá, faz falta à região: a construção de um novo quartel da GNR, para a reinstalação da brigada territorial, a unidade que está sediada na Guarda, capital de distrito. Esta questão também preocupa a Câmara Municipal porque, quanto melhores condições eles tiverem, mais operacionalizam com o Concelho, através desta interação territorial. -----

Continuou dizendo que também colocou uma série de questões referentes à intervenção da GNR, na área do Município de Manteigas. -----

Assistiu, na CCDRC (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região do Centro), a uma apresentação de um *data center*, uma base de dados da CCDRC, que foi, agora, disponibilizada e que cruza todos os dados, de todos os municípios da região centro, para consulta por parte de quaisquer cidadão ou município, instituição e existe, inclusivamente, a



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

possibilidade de cruzar dados entre os diversos municípios desta região, com municípios de outra região, seja da Região Centro, em Portugal, ou seja de uma outra localização ao nível da Comunidade Europeia. Aditou que, ao mesmo tempo, foi apresentada a biblioteca *on-line*, da CCDRC, que tem um vasto espólio que, neste momento, se pensa disponibilizar, para consulta, através da internet.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso referiu que, na Assembleia Municipal, escutou, em silêncio, exposições tão graves que não pode deixar de registar. Ouviu, com frequência, o Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, fazerem referência às verbas a menos, que a Câmara Municipal de Manteigas vai receber do FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro). Ouviu o Senhor Presidente da Assembleia Municipal aludir a uma diferença de um milhão e seiscentos mil euros, contra os oitocentos mil euros do Senhor Presidente da Câmara. Continuou dizendo que sabia que não correspondia à verdade e que foi apurar as contas e verificou que, em relação a 2009, no ano de 2010, houve um acréscimo de cento e noventa e cinco mil setecentos e trinta e dois euros. Em 2011, houve um decréscimo de cento e cinquenta e nove mil cento e quarenta e um euros. Em 2012, um decréscimo de duzentos e oitenta e cinco mil quinhentos e vinte e cinco euros e, isto tudo somado, perfaz um decréscimo no valor de duzentos e quarenta e oito mil, novecentos e trinta e quatro euros. Comparar duzentos e quarenta e oito mil novecentos e trinta e quatro euros, com um milhão e seiscentos mil euros como ouviu, várias vezes, no decorrer da Assembleia Municipal, pensa que é um lapso grave que tem de ser retificado. Apesar deste decréscimo nas receitas do FEF, os meios financeiros da autarquia vão ser significativamente melhorados, com candidaturas aprovadas a 95%. Portanto, não existem menos meios financeiros, existem mais meios financeiros.-----

Prosseguiu dizendo que fez uma promessa ao Senhor Presidente, relativamente às verbas dos fundos comunitários, previstas em orçamento, mais precisamente para os projetos com participação de fundos comunitários. Foi dito na Assembleia Municipal e, há de constar na sua ata, que no orçamento para o ano de 2009, estavam previstos cinco milhões e duzentos mil euros.-----

-----O Senhor Presidente corrigiu, dizendo que eram cinco milhões e duzentos e sessenta e cinco mil euros. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso prosseguiu dizendo, cinco milhões e duzentos e sessenta e cinco mil euros, todavia consultou o orçamento e, estão três milhões setecentos e sessenta e cinco mil seiscentos e trinta e três euros e prometeu que iria apresentar fundamentação para este valor. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Presidente frisou que teria de arranjar cinco milhões e duzentos e sessenta e cinco mil euros. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso reafirmou que na rubrica de projetos cofinanciados por fundos comunitários estão três milhões setecentos e sessenta e cinco euros e que, depois de somar todas as verbas de candidaturas, chegou a uma importância de sete milhões quinhentos e dezoito mil euros, designadamente a obra do relvado sintético – quatrocentos e vinte sete mil euros; o projeto de urbanismo comercial – trezentos e vinte e dois euros; a reprogramação das obras no campo de futebol – duzentos e setenta e sete mil euros; a rede de conjuntos históricos – oitocentos e vinte seis mil; a reprogramação da rede dos conjuntos históricos - duzentos e setenta e sete mil euros; a requalificação urbana das portas nascentes, tem a ver com os arranjos no jardim da Vila e os arruamentos da rua do Cemitério - trezentos e quarenta e seis mil oitocentos e vinte euros; os caminhos agrícolas – novecentos e quarenta mil euros. -----

----- O Senhor Presidente referiu que não eram financiamentos, mas perspetivas. De seguida indagou sobre onde estava o financiamento. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso informou que este financiamento não tinha perspetivas, que esta candidatura estava fechada quando o Senhor Presidente iniciou o mandato e que o financiamento veio em 2009. -----

----- O Senhor Presidente indagou sobre se esses financiamentos já tinham sido aplicados em 2009. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso esclareceu que já estava fechado. ----- Continuou expondo que os caminhos agrícolas – novecentos e quarenta mil euros; a variante à E.R.338 – um milhão e quinhentos mil euros; os percursos pedestres - quatrocentos mil euros, somando tudo, cinco milhões trezentos e dezoito mil euros. Se se quisesse considerar o que estava contratado pela Comunidade Urbana das Beiras, portanto, perfazia sete milhões quinhentos e dezoito mil euros. Agora, o que de facto lá estava previsto eram três milhões setecentos e sessenta e cinco mil euros. Mesmo que haja alguma incorreção com estas importâncias, como a da reprogramação financeira das portas nascentes, existe uma prova evidente de que os valores previstos em orçamento, tinham plena justificação, não valendo a pena referenciar uma dúzia de candidaturas que têm a ver com o POPH (Programa Operacional Potencial Humano), com a formação, com os incêndios e com o INTERREG. -----

----- O Senhor Presidente referiu que esses financiamentos já estavam desenvolvidos, satisfeitos e estavam provavelmente liquidados. Os Senhores Vereadores não deixaram esses financiamento pendentes, já os tinham aplicado quando geriram a Câmara e por conseguinte, não se destinavam ao financiamento das dividas que deixaram -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso salientou que a maior parte destas verbas foi o atual Executivo que já as recebeu.-----

De seguida, apresentou um requerimento que a seguir se transcreve:-----

-----“Requerimento

No Plano de Atividades e Orçamento para 2012, aprovados pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal, está prevista uma verba na receita de 4.680.430,00euros, referente à participação comunitária em projetos cofinanciados.

Requeiro pelo presente, ao Sr. Presidente da Câmara, que me faculte listagem com as candidaturas aprovadas com garantia de comparticipação por Fundos Comunitários, bem como os respetivos comprovativos da aprovação das candidaturas.

Manteigas, 12/01/2012

José Manuel Saraiva Cardoso” -----

Prosseguiu dizendo que o Senhor Presidente da Câmara exibiu para a Assembleia, uma lista de projetos, cento e cinquenta, que foram abandonados em dezasseis anos, todavia ainda não a viu a fim de poder efetuar um julgamento crítico mas, a acreditar com bondade, nos cento e cinquenta projetos abandonados diria que, se o Senhor Presidente já abandonou cinquenta em dois anos, se ficasse dezasseis anos à frente dos desígnios do Concelho, haveria quatrocentos projetos abandonados.-----

No que diz respeito às candidaturas de requalificação paisagística da zona da Várzea, existe uma candidatura ao programa “Mais Centro” e existe outra ao “Turismo Serra da Estrela”. Continuou dizendo que o Senhor Presidente poderia informá-lo acerca deste assunto depois, não necessariamente na reunião, sobre quais são os valores que estão afetos a cada uma das candidaturas -----

De seguida, referiu que questionava o mesmo relativamente ao Centro Interpretativo do Vale Glaciar do Zêzere que também tem candidaturas ao Turismo de Portugal e ao “Mais Centro”. -----

Prosseguiu dizendo que o Senhor Presidente tinha ficado de informar sobre a percentagem de financiamento do Festival Serra da Estrela e, até ao momento, não se recorda de lhe ter sido facultada essa informação.-----

Continuou solicitando que o informassem, também, sobre o programa “Provere - Aldeias históricas, Valorização do Património Judaico” que está em execução, visto que não tem qualquer informação sobre este assunto e também sobre a promoção dos percursos pedonais no programa “Provere *By Nature*”, que já estava prevista na primeira candidatura. -----

Prosseguiu dizendo que sobre o Centro Interpretativo do Vale Glaciar do Zêzere, verificou mais uma vez, que a seguir a um ajuste direto, vai haver um concurso público. Isto é uma coisa



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

perfeitamente anormal e isto só deve acontecer na Câmara Municipal de Manteigas, fazer-se primeiro um ajuste direto e depois fazer-se um concurso público para a mesma obra. -----

De seguida, referiu que desconhecia que tipo de procedimento foi feito na adjudicação da requalificação paisagística da zona da Várzea, uma vez que a verba orçamentada ultrapassa os quinhentos mil euros. Não se apercebeu da abertura de nenhum concurso público. -----

Prosseguiu dizendo que desconhece se houve desenvolvimento no processo judicial da Junta de Freguesia de Santa Maria contra o Município de Manteigas. -----

----- O Senhor Presidente esclareceu que relativamente a este assunto já lhe tinha respondido e que não havia ainda decisão definitiva do tribunal.-----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso continuou dizendo que verificou, na lista das dívidas, que há aqui muitíssimos subsídios por pagar, assim com PERID's.-----

----- O Senhor Presidente clarificou que não há muitos subsídios por pagar. Só existem dois, que são os que constam na ordem de trabalhos de hoje -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso replicou que estava a falar da última informação que o Senhor Presidente prestou no final do mês de dezembro. Se já pagou tanto melhor.-----

Prosseguiu dizendo que sobre o requerimento da demolição na praça, o Senhor Presidente dizia que juntava o anexo, todavia por lapso, não foi entregue, o anexo que dizia que: foi dado conhecimento do assunto em reunião de Câmara de vinte cinco de maio de dois mil e onze. -----

----- O Senhor Presidente indagou sobre se não lhe tinha sido entregue a cópia da ata da reunião na qual o assunto foi tratado-----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso referiu que o que se diz na ata é que “...os edifícios têm que ser demolidos. A Câmara está a desenvolver um processo de demolição daquele espaço...”. Entende que, formalmente, o Senhor Presidente não disse nada à Câmara Municipal. -----

----- O Senhor Presidente replicou que essa referência da ata em causa, reflete o conhecimento que deu aos Senhores Vereadores em relação à demolição em causa. Os Senhores Vereadores teceram considerações em relação a este assunto, nomeadamente o Senhor Vereador José Manuel Cardoso, que podem ser ouvidas na gravação da reunião-----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso citou o que o Senhor Presidente havia dito numa reunião anterior “...têm de ser demolidos dado o perigo de ruína eminente que oferecem. Têm de ser demolidos. A Câmara está a desenvolver um processo de demolição daquele espaço, futuramente se vier alguma candidatura, se a banda mantiver a intenção de ali sediar a sua sede, tentar-se-á ultrapassar essa questão. É uma matéria que virá a ser discutida



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

(e sublinho isto) em função da vontade da banda e da evolução do processo para construção da sede...".-----

-----O Senhor Presidente referiu que, relativamente a essa matéria, iria mandar fazer-lhe chegar o som da gravação, com aquilo que o Senhor Vereador disse.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso contrapôs que a ata está aprovada e assinada. Sobre as outras respostas, há muito a comentar, mas fica para outra oportunidade.-----

-----O Senhor Presidente referiu que o Senhor Vereador não gosta das coisas que ouve na Assembleia Municipal e ele também não gosta que se repita lá, depois de já ter lido e ouvido numa reunião de Câmara, declarações de voto *ipsis verbis*, em repetição completa, sem qualquer originalidade por parte de quem as lê. Não gosta porque não corresponde à verdade o que contêm. Não gosta porque o atual Executivo assumiu, claramente, que abandonou alguns projetos, porque não há condições financeiras para se levarem à prática e espera retomá-los, se for caso disso, se tiver possibilidades financeiras para o fazer. Contudo, teve a coragem de dizer que foram retirados do Plano de Atividades, porque não existem condições financeiras.-----

Prosseguiu dizendo que quando lhe diz que existem cento e cinquenta projetos que não se realizaram, não são promessas eleitorais, do manifesto eleitoral do PSD. São projetos inscritos. Cento e cinquenta projetos inscritos nos Plano de Atividades durante dezasseis anos e não foram concretizados. E aquilo que o Senhor Vereador leu na sua declaração de voto, foi aquilo que foi escrito num manifesto eleitoral, ou seja um conjunto de intenções assim se mantivessem as condições de financiamento por parte do estado. Quando lhe diz que perfaz cento e cinquenta promessas não cumpridas, são cento e cinquenta projetos inscritos e orçamentados nos diversos Planos de Atividades da Câmara Municipal durante dezasseis anos. São coisas completamente diferentes.-----

Continuou dizendo que o atual Executivo assumiu que gostaria de levar à prática alguns projetos mas dadas as condições atuais de corte nas transferências do estado para a câmara, não se podem, concretizar, logo não os inscreve nos Planos de Atividades nem os orçamenta, porque sabe que não tem capacidade financeira para os levar à prática. Os Senhores Vereadores, trouxeram esses cento e cinquenta projetos, durante anos seguidos, nos Planos de Atividade que aprovavam, na Assembleia Municipal. Não é a mesma coisa. Portanto, não tem problema nenhum em que o Senhor Vereador conte quarenta e nove, cinquenta, ou os que quiser porque não estavam inscritos nos Planos de Atividades, aprovados na Assembleia Municipal.-----

No que diz respeito, às contas que o Senhor Vereador faz relativamente aos financiamentos, referiu que em 2009, estão efetivamente inscritos, como a verba dos fundos comunitários, pelos Senhores Vereadores, no orçamento de 2009, cinco milhões duzentos e sessenta e cinco mil



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

euros. É só consultar o Plano de Atividades. Foram os Senhores Vereadores que lá colocaram isso. Não foi ele, atual Presidente da Câmara. -----

Prosseguiu dizendo que o Senhor Vereador referiu que em 2009, tinha uma justificação para sete milhões quinhentos e dezoito mil euros. Não tinham justificação nenhuma; tinham previsões de candidaturas que nunca se vieram a concretizar. Continuou questionando sobre que previsão de candidatura era o urbanismo comercial, sobre o que é que candidataram ao urbanismo comercial, que financiamento obtiveram deste projeto, e qual foi a objetividade dessa candidatura, porque ele a desconhece. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso replicou que o Senhor Presidente não estava na Câmara Municipal. -----

----- O Senhor Presidente continuou questionando sobre quanto receberam dessa candidatura, ou quanto é que ficou para o ano de 2010, já que os Senhores Vereadores dizem que deixaram verbas para serem aplicadas pela Câmara, no valor de sete milhões quinhentos e dezoito mil euros. -----

Continuou dizendo que os Senhores Vereadores apanharam dois quadros comunitários de apoio (o segundo e o terceiro), sendo que apanharam duas boas épocas de financiamento e não se viu investimento que melhorasse as condições socioeconómicas do Concelho -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso referiu que foi para 2009 e salientou que para o ano de 2010, foi o Senhor Presidente que fez o orçamento. -----

Quanto aos quadros comunitários de apoio, não apanharam nenhum durante o último mandato. -

----- O Senhor Presidente continuou dizendo que os programas estavam abertos; se não os apanharam, os Senhores Vereadores é que sabem o porquê. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso clarificou que o último quadro comunitário encerrou em 2006. -----

----- O Senhor Presidente indagou sobre se o Senhor Vereador havia dito que em 2010 houve um acréscimo de transferências para Câmara Municipal. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso confirmou e citou, que em 2009 foram transferidos os três milhões oitocentos setenta e quatro, setecentos e sessenta e cinco euros para, depois em 2010 serem transferidos quatro milhões e setenta mil quatrocentos e noventa e sete euros. -----

----- O Senhor Presidente referiu que o Senhor Vereador estava enganado e que pode o Senhor Vereador consultar as contas na câmara para que não duvide delas. -----

Continuou dizendo que é responsável por aquilo que diz e é esta informação que tem dos serviços financeiros da Câmara e que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, se fez as



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

contas, lá se baseará nos resultados que tem, onde faz refletir outro tipo de transferências, outro tipo de verbas o que no seu entendimento deve ser defendido por ele. -----

Prosseguiu dizendo que o Senhor Vereador José Manuel Cardoso afirma que em 2010, houve acréscimo de financiamento, quando toda a gente sabe que em 2010 começou exatamente o corte a sério nas finanças locais, em 5%, ainda com o anterior Governo, logo no primeiro ano de gestão do atual executivo desta Câmara -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso clarificou que consultou o Orçamento de Estado. -----

-----O Senhor Presidente aconselhou o Senhor Vereador a consultar as contas da Câmara. ---- De seguida, indagou sobre qual reorçamentação do relvado, o Senhor Vereador se estava a referir. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso replicou dizendo que reprogramação, não é reorçamentação e o que foi reprogramado foram as obras das bancadas e outras beneficiações anteriores ao relvamento.-----

-----O Senhor Presidente continuou dizendo que o Senhor Vereador, tinha falado em relvado no valor de quatrocentos e vinte sete mil euros e agora vinha dizer que não tem nada a ver com o relvado. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso evocou que tinha falado do relvado sintético e na reprogramação das obras e da bancada do campo de futebol.-----

-----O Senhor Presidente informou que relativamente ao campo de futebol, a Câmara não foi buscar mais nada, para além do que o anterior Executivo tinha candidatado. O que enfrentou foi uma fatura que estava por pagar e que se anda a pagar aos poucos. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso aditou que houve obras no campo de futebol e que a seguir, foi efetuada uma reprogramação física e financeira de onde se foram buscar mais duzentos e setenta e sete mil euros.-----

-----O Senhor Presidente entende que, na realidade, dos cinco milhões duzentos e sessenta e cinco mil euros que os Senhores Vereadores tinham previstos com fundos comunitários, não foram buscar mais do que, cerca de, um milhão de euros; pode consultar as contas, pode ver o que está registado na Câmara. -----

No que diz respeito às informações que pediu, estas ser-lhe-ão prestadas. -----

Relativamente à Promoção e Divulgação dos Percursos Pedestres, é verdade que os Senhores Vereadores candidataram algumas ações, mas o que o atual Executivo está a candidatar, agora, são ações muito mais concretas ao Provere. Ações no terreno e que passam para lá da candidatura que o anterior executivo fez. Continuou dizendo que não há duplicação de candidaturas. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso argumentou que não pode haver duplicação de candidaturas para as mesmas ações ultrapassando-se 85% do valor da comparticipação.-----

-----O Senhor Presidente prosseguiu dizendo que, neste momento, será muito difícil perder financiamentos porque, atualmente, existe na Câmara, um gabinete especializado para os fundos comunitários e para as candidaturas, pelo que não vai devolver verbas, como tem sucedido em relação às candidaturas feitas pela Tecnin e a Qualitividade: esta mistura de empresas do mesmo grupo, que não entende bem porquê, e cujo trabalho mal feito obriga agora a devolver verbas ao POPH. Foram contratualizados para fazer as candidaturas, para as acompanhar e responsabilizarem-se pela contratualização do financiamento, e agora a Câmara tem de repor o dinheiro ao POPH, porque não foram capazes de fazer o trabalho, ou o trabalho foi mal conduzido.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso acrescentou: ou porque o Senhor Presidente não estava na Câmara para mandar remeter o contraditório ao POPH.-----

-----O Senhor Presidente referiu que foram contactos que os Senhores Vereadores estabeleceram quando eram os gestores da Câmara, cujo contrato o Senhor Vereador José Manuel Cardoso foi acompanhando e que conhece muito bem. Mas esta questão ainda não chegou ao fim e tanto a Tecnin como a outra empresa, terão que responder pela sua incompetência e pela devolução do financiamento. O atual Executivo irá perceber o que é que estes dois grupos têm a ver, também, na repartição de determinados custos de um só projeto, divididos pelas duas empresas do mesmo grupo.-----

Prosseguiu dizendo que o Senhor Vereador lhe pode falar de intenções que tinham, de candidaturas e de perspectivas de financiamento, mas que nunca chegaram a acontecer. A realidade é que, em 2009 eram cinco milhões duzentos e sessenta e cinco mil euros e o anterior Executivo não realizou nem uma quarta parte.-----

Relativamente ao requerimento apresentado pelo Senhor Vereador José Manuel Cardoso, este será respondido através dos serviços financeiros da Câmara.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso corrigiu que a realidade, em 2009, era de três milhões setecentos e sessenta e cinco mil euros.-----

Prosseguiu dizendo que o Senhor Presidente passa o tempo, desde há mais de dois anos, a olhar e a falar do passado, quando deveria pensar no futuro de Manteigas.-----

-----O Senhor Presidente salientou que está a pensar no futuro de Manteigas. Está a olhar para a projeção de Manteigas, para o futuro, está a olhar para os projetos que estão, neste momento em curso, com vista à dinamização do Concelho e à atratividade do Concelho. Prosseguiu dizendo que sabe que a opinião do Senhor Vereador difere da dele, mas quer mais para o



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Concelho. Não está satisfeito, mas já vê mais atratividade para o Concelho; já vê épocas do ano muito mais movimentadas do que anteriormente.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso referiu que lhe parecia uma anedota, quando o Senhor Presidente disse, na Assembleia Municipal, que a ocupação hoteleira, no fim de ano, estava esgotada em Manteigas. Começou a trabalhar na hotelaria há trinta e seis anos e já nessa altura esgotava a capacidade hoteleira em Manteigas, no final do ano. As reservas eram feitas, às vezes, com dois anos de antecedência. Não tinha as mesmas unidades, mas se calhar tinha melhor. Entre quartos particulares, se calhar tinha a mesma capacidade.-----

-----O Senhor Presidente entendeu que na altura não deveria ter o mesmo número de camas que tem agora e neste fim de ano os quartos particulares e as casas particulares também estavam todas cheias.-----

Prosseguiu dizendo que relativamente ao Festival Serra da Estrela, estava prevista uma percentagem na ordem dos 80% e que já lhe fez chegar as candidaturas feitas aos Proveres.-----

Continuou dizendo que, no que se refere ao motivo de ter sido efetuado um ajuste direto e agora um concurso público, para o Centro Interpretativo do Vale do Zêzere, é porque a segunda fase tem de ir, forçosamente, a concurso público; a primeira não tinha de ir. Continuou salientando que na primeira fase, foram consultadas empresas de Manteigas, também.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso entende que não se pode fracionar a despesa e que se está a incorrer em ilegalidade.-----

-----O Senhor Presidente acrescentou que este procedimento está apoiado na lei e está fundamentado.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso indagou sobre se o senhor Presidente pensava que este projeto seria mais complexo do que foi o projeto do Skiparque, com os componentes de conceção, construção e exploração.-----

-----O Senhor Presidente respondeu que não tinha dúvida de que este projeto era mais complexo do que o do Skiparque.-----

Prosseguiu dizendo que não entendia os Senhores Vereadores, ora querem concursos públicos, ora querem ajustes diretos para entregar às empresas de Manteigas. De seguida, salientou que o atual Executivo tem sempre em conta a economia de Manteigas e que convidou sempre empresas de Manteigas para o ajuste direto.-----

Continuou dizendo que os Senhores Vereadores já se contrariaram, em reuniões de Câmara, em relação a esta matéria. Um dos Senhores Vereadores é contra o ajuste direto, o outro Senhor Vereador diz que, afinal deveria ter sido um ajuste direto a empresas de Manteigas, para mobilizar a economia local.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso indagou sobre se o Senhor Presidente estaria a falar sobre o processo da Sotave, todavia não se podiam comparar as duas coisas. ----

----- O Senhor Presidente prosseguiu dizendo que a zona da Várzea foi a concurso público; esteve na plataforma pública durante muito tempo e quando acontecer o despacho de adjudicação, será presente a reunião de Câmara.-----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso entende que o Senhor Presidente tem de dar conhecimento, aos Senhores Vereadores, desses despachos e que são sempre os últimos a saber das coisas da Câmara.-----

----- O Senhor Presidente referiu que os Senhores Vereadores tiveram conhecimento do projeto e que ia para concurso público, visto que foi presente numa reunião de Câmara o Senhor Vereador o discutiu e, até, deu opiniões em relação ao mesmo.-----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso salientou que viu um esquiço e não um projeto.-----

----- O Senhor Presidente referiu que, relativamente aos subsídios já tinha respondido, quanto ao requerimento referente às demolições na praça, ir-se-à fazer chegar, também, em formato digital o som da reunião. Esta questão foi discutida e deu conhecimento aos Senhores Vereadores de que a Câmara ia proceder à demolição do edifício. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que não há nenhum projeto que possa ser desenvolvido, se não estiver incluído nas Grandes Opções do Plano e no Plano e Orçamento para o ano a que está a respeitar. E esta é a regra de ouro. O anterior Executivo entendia que devia fazer projeções a quatro anos de atividade, coisa que não aconteceu até agora, infelizmente, apesar de a lei obrigar a que haja Planos de Investimento para períodos de quatro anos como já vêm alertando desde o Plano de 2010. Incluíam os projetos em Plano de Atividades, porque não lhes era dado conhecer quais seriam os elegíveis, quando e que fonte de financiamento estaria disponível. Mas, continuou, se os projetos não constassem do Plano nunca poderiam ser candidatáveis nem financiáveis. Não sabiam quais seriam, e a culpa não era da Câmara, quais eram as fontes de financiamento que estavam mobilizáveis e disponíveis. Aliás como parece que agora também ainda não estarão. E porque havia além dos quadros comunitários, outras prováveis formas de financiamento, designadamente através de protocolos ou contratos com o Governo Central ou outras entidades, queriam estar preparados para todas as hipóteses de conseguir dinheiro para os projetos. Portanto, o anterior Executivo delineava um conjunto de projetos, no início do mandato, que depois ía levando por diante como fosse sendo possível. A determinada altura, sabiam os Senhores e sabia o anterior Executivo que havia projetado com verbas simbólicas, só para a rubrica estar aberta. Situação que foi criticada, mas que nunca achou mal. Esta rubrica aberta significa que era uma estratégia da Câmara Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

e, se tivesse meios, avançava sem ter de recorrer a uma revisão orçamental. Se não tivesse meios, não avançava, mas também o que influía em termos de valores finais no orçamento, era rigorosamente nada, ou quase nulo. Era um planeamento estratégico e exigível. -----
Prosseguiu evocando que, nos anos de 2006 e 2007 do mandato, o anterior Executivo foi advogado, imperativamente, para fazer um Plano de Investimento de Manteigas, a conjugar e integrar com o Plano de Investimentos dos municípios da Comunidade Urbana das Beiras e, como é dado saber e como consta, também, das atas, houve mais de cinquenta projetos que foram elencados pelo anterior Executivo, entre primeira, segunda e terceira prioridade e os Senhores Vereadores, na altura como oposição, aceitaram, subscreveram e acharam que eram convenientes e adequados. Definitivamente, era uma projeção conjunta e de futuro. Pensa que até hoje é pertinente para o futuro Plano de Manteigas a integrar no futuro plano estratégico da COMURB, unidade de descentralização de poder regionalizado dos Municípios. Lá estão exatamente quais são os grandes propósitos e quais são as grandes linhas mestras de desenvolvimento de Manteigas e da Região da COMURB.-----
Continuou dizendo que espera que no Plano Diretor Municipal, que está em curso, nas estratégias de desenvolvimento e nos projetos a desenvolver estejam considerados os mesmos projetos que o anterior Executivo apresentou à Comunidade Urbana das Beiras e que depois deu origem a um plano conjunto, que foi publicado e publicitado e que está perfeitamente disponível também na Câmara. Nesse sentido, um conjunto de projetos, devidamente identificados, embora com verbas simbólicas, significava exatamente isto: que aqueles projetos eram para o anterior Executivo estratégicos e importantes, tinham uma prioridade proporcional à verba mas que lhe dava a possibilidade de poderem vir a ser contratualizados se e logo que houvesse hipótese. Foi isso que aconteceu exatamente com as vias de ligação à Estrada 338 para as Penhas da Saúde: O projeto constava do Plano de Atividades com rubrica e verba, o que permitiu fazer o contrato com o Instituto de Estradas de Portugal que garantia usar verbas suas, do Instituto, pela Câmara Municipal. Caso não estivesse em Plano não havia hipótese. Eram verbas do III QCA que nos foram cedidas e que, sem qualquer justificação do Senhor Presidente da CCDR-C, foram cortados e afetadas a outras Entidades sem que se saiba como, porquê e com que legitimidade tiraram à Câmara quase metade das verbas que tinha em contrato. Aliás, isso veio depois a acontecer com a estrada de Vale de Amoreira - Verdelhos, em que a mesma circunstância, depois acabou por se vir a verificar. O projeto da E.R. 338 não era uma candidatura para os restos do Quadro de Apoio, era uma candidatura devidamente homologada e eram verbas que nem eram da CCDRC diretamente, porque eram afetas ao Instituto das Estradas de Portugal. Só para mostrar que as coisas tinham rigor e mesmo assim havia desvios e complicações. Continuou dizendo que lhe parece que as verbas previstas no



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Plano de Atividades para o ano de 2012, são verbas que não têm nenhuma sediação, nem nenhuma adesão à realidade.-----

Prosseguiu referindo que o anterior Executivo não apanhou dois quadros comunitários. O segundo quadro comunitário estava em fase já definida e o terceiro quadro comunitário acabou em 2006. Deveria ter começado o quarto quadro comunitário em 2006, todavia só começou no ano de 2010. Continuou dizendo que o Senhor Presidente referiu que tem cinco mil duzentos e sessenta e cinco euros de verbas previstas no Plano de 2009. Porém, veja-se nas contas de 2010, está lá recebido um milhão e trezentos mil euros identificados como de verbas comunitárias que vinham de 2009 do anterior Executivo. Isso o Senhor Presidente não referiu. Teve o cuidado de o mostrar ao Senhor Presidente e, efetivamente, o documento é do Senhor Presidente e foi assinado também por ele, e á a conta de Gerência de 2010. Portanto, sobre estas verbas do Plano de 2009, se o Senhor Presidente diz que é verdade, não o contraria. Continuou dizendo que se o Senhor Vereador José Manuel Cardoso contraria e diz que não corresponde à verdade e, diz que é três mil setecentos e sessenta e cinco euros espera, para bem da verdade, que nas contas de Gerência respetivas, lá estejam identificados os valores e se chegue a uma conclusão.-----

Prosseguiu dizendo que no que se refere às opiniões diversas referidas pelo Senhor Presidente quanto aos ajustes diretos não é verdade. Entende, pelo contrário que pode haver ajustes diretos sempre que haja legitimidade e legalidade para o efeito. Mais referiu que o que não concorda é que nos ajustes diretos não sejam consultadas firmas de Manteigas, como foi o caso do Largo Padre José Bailão, obra a rondar os cento e cinquenta mil euros, que o Senhor Presidente disse não haver firmas em Manteigas capazes de fazer a obra.-----

-----O Senhor Presidente replicou que foram consultadas firmas de Manteigas e que lhe fizessem chegar o processo do Largo Padre José Bailão Pinheiro, com todas as informações técnicas subjacentes.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia manifestou interesse em consultar o processo e disse que, de acordo com as queixas dos empresários, não foram consultadas as firmas de Manteigas.-----

Prosseguiu referindo que o Senhor Presidente estava a querer confundir: uma coisa é o ajuste direto ser legal ou ilegal se houver fracionamento das despesas. Diferentemente, no que respeita aos ajustes diretos legais, devem-se consultar as firmas de Manteigas atendendo às circunstâncias em que os empresários estão. Foi isto o que disse e nada contra os ajustes diretos.-----

-----O Senhor Presidente reiterou que tem sempre em conta a consulta a firmas de Manteigas.



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Prosseguiu dizendo que os empresários queixam-se, e ele também porque tem pena que, quando a Câmara Municipal procura empresários da terra e, quando lhes entrega obras e eles, sistematicamente, desistem delas, porque infelizmente não têm capacidade para apresentar sequer uma garantia bancária. Lamenta que isto aconteça. Contudo, não pode a Câmara, dar-lhes o dinheiro para apresentarem, na conta, a garantia bancária. E isto acontece, infelizmente, em Manteigas. Há empresários que se queixam, mas quando são consultados, acabam por perder as obras, porque não têm capacidade, legalmente, por sucessivos adiamentos, da celebração do contrato, até que chega ao limite e, a lei não permite mais adiamentos e por isso tem que se recorrer, muitas vezes, ao segundo concorrente, porque o primeiro não teve condições para iniciar o processo. -----

Finalizou dizendo que lhe desagradava expor este assunto em reunião de Câmara, mas esta é a realidade e portanto, não pode queixar-se de não ser consultado, quem de facto assim procede. -

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia disse que tomou nota do que o Senhor Presidente disse das firmas de Manteigas. Recordou que a lei diz que a gestão da Câmara incumbe a todos, com responsabilidade direta do Presidente, na sua autonomia, relativamente a determinadas matérias. Mas o que disse sempre e diz a lei é que, sempre que haja despachos que impliquem despesa, ou use competência delegada deve ser dado conhecimento dos mesmos a todo o Executivo e, sempre que houver alterações orçamentais (ainda não viu nenhuma comunicada) têm de ser presentes. E o que é facto, é que não o têm sido.-----

Prosseguiu dizendo que o Presidente da Câmara, neste momento, é quase um órgão, uma vez que tem uma multiplicidade de competências próprias e ninguém lhe retira essa circunstância. É um reconhecimento da lei. Agora, todas as competências delegadas ou outras que, efetivamente, obriguem a que o Órgão tenha conhecimento e se pronuncie, devem vir ao Órgão. Já referiu isso por mais que uma vez, já teve a oportunidade de o afirmar e o que é facto, é que continua a haver situações que não vêm a conhecimento do Órgão, conseqüentemente, a responsabilidade dos Vereadores ditos da oposição, é relativa. De seguida referiu que o Senhor Vereador José Manuel Cardoso falou que, segundo ele e segundo a legislação, sempre que houver uma obra considerada como um todo, não deve haver fracionamento financeiro dessa mesma obra. O Senhor Presidente já respondeu que tem legitimidade para o efeito, na medida em que são matérias diferentes no mesmo projeto. -----

Prosseguiu dizendo que sobre os projetos que estavam a referir, o Centro de Interpretação do Vale Galciar, o Senhor Presidente já tem um ajuste direto para o estudo económico da rentabilidade, um estudo de implantação para o efeito a duas empresas diferentes, mas pertence à mesma obra. Continuou dizendo que há obras que vão tendo vários ajustes diretos e que depois hão de aparecer como obra total; o Senhor Vereador José Manuel Cardoso só



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

questionou se é legítimo. O Senhor Presidente já respondeu que sim. Ao questionarem, os Senhores Vereadores só estão a tentar legitimar todo o processo da Câmara e não estão a querer incriminar ninguém. -----

Continuou dizendo que foi efetuada em reunião de Câmara, uma consulta no sentido de haver, ou não haver, concurso público para a aquisição de serviços de limpeza e de combustíveis. Sobre esta matéria, apareceu uma deliberação da Câmara, no Boletim Municipal, a dizer que as prestações de serviços iriam ser submetidas à Assembleia Municipal. Essas deliberações foram feitas, foram publicitadas, não foi pedido para se deliberar em sentido contrário, mas também uma das aquisições não foi apresentada à Assembleia para deliberar. Portanto, é necessário que a Câmara decida.-----

----- O Senhor Presidente esclareceu que no que toca a uma delas, foi decidido ser presente à Assembleia Municipal e a outra foi inscrita nas Grandes Opções do Plano, o que legitima essa situação.-----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que não estava a falar de legitimidade, mas que é necessário regularizar a situação, tendo em conta que uma deliberação não foi presente à Assembleia. -----

----- O Senhor Presidente clarificou que essa retificação era para ter sido efetuada numa reunião de Câmara e deu instruções à Senhora Chefe da Divisão de Administração Geral nesse sentido. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia indagou sobre se a legislação dos contratos públicos é a que deve ser aplicada para estas duas situações de aquisição de serviços. Evocou o debate que tinham tido sobre esta matéria em sessão anterior e referiu que se estivessem inscritos em PPI (Plano Plurianual de Investimentos), escusava de ir a deliberação específica da Assembleia. O facto é que, uma situação foi inscrita nas GOP's e a outra não. Houve uma dualidade de critérios, que não se percebe. Finalizou dizendo, que tinha ficado o Senhor Presidente e os Serviços de averiguar e aferir se efetivamente era obrigatório e se a legislação dos contratos públicos era aplicada aos casos em apreço. -----

----- O Senhor Presidente clarificou que, pelos serviços jurídicos da Câmara e informações externas já se chegou à conclusão que sim. Não há mais esclarecimentos jurídicos do que aqueles que já foram presentes, e os Senhores Vereadores até votaram contra, nessa reunião, porque achavam que o que estava a ser feito era completamente descabido e que não havia necessidade de apresentar o assunto à Assembleia Municipal.-----

Prosseguiu dizendo que existem algumas dificuldades em adquirir os combustíveis no Concelho, quando se sabe que existe um fornecedor que, sistematicamente, está sem eles. É preciso ver como é que se adjudica e a quem se adjudica, por um lado para proteger a economia local e por



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

outro, para proteger os cofres da Câmara. Existem algumas circunstâncias que têm a ver com o formalismo, mas um deles foi projetado para as GOP (Grandes Opções do Plano) e a outra matéria da mesma índole, não foi projetada para as GOP. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia indagou sobre o porquê de não estar no plano plurianual, se é um processo para se prolongar por mais que um ano.-----

-----O Senhor Presidente clarificou que, segundo o que lhe disseram os serviços financeiros da Câmara, era preferível não incluir os combustíveis no Plano de Atividades, visto que aumentam todos os anos e é extremamente difícil, perspetivar para vários anos as verbas a orçamentar. Prosseguiu dizendo que, embora as duas questões pudessem ter sido tratadas da mesma forma, uma foi ao Plano de Atividades, outra foi à Assembleia, para autorização. Está legitimada a correção dos processos, houve de facto um critério diferente em relação aos combustíveis que não houve em relação com o serviço de limpezas, mas não tem qualquer tipo de problema em termos financeiros. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia entende que tem problemas, porque o PPI é o Plano que é elaborado, a quatro anos de vista, que expressa os grandes investimentos ou as grandes despesas, que se pretendem fazer no prazo de quatro anos. É evidente que em cada ano, com a execução do PPI, alteram-se as diversas rubricas, ou para mais valor, ou para menos valor, ou até se pode desistir delas. Agora, com a verba prevista em PPI, significa que, em todo o momento, se pode abastecer a verba com uma transferência orçamental. Com o aumento dos combustíveis, nesse sentido nunca se estará devidamente acautelado. Prosseguiu dizendo que votaram contra em sessão anterior porque, se estivessem inscritos em PPI evitava-se a sua ida à Assembleia. Em segundo, a legislação que estava a ser avocada para estes tipo de processos não era aplicável e o Senhor Presidente ficou, sobre esta matéria, de subsequentemente se aferir.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso entende que para os efeitos, o preço não tem incidência nenhuma, porque mesmo que eles baixassem, não haveria problema nenhum, só se ultrapassassem determinado valor.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que, uma vez que há dúvidas que lhe parecem razoáveis, é de opinião que se deveria consultar a tutela sobre esta matéria, porque não lhe parece que a posição definitiva assumida pelo gabinete jurídico da Câmara seja de molde a que já não haja qualquer tipo de controvérsia. Para ele, continua a ser controverso, independentemente da qualidade dos técnicos que, sobre estas matérias, se pronunciaram.-----
Prosseguiu dizendo que, entende que a justificação dada relativamente ao processo de aquisição dos serviços de limpeza (o facto de um ficar inscrito em Plano e o outro não) e de combustíveis não tem nenhuma ponta por onde se pegue. Se é uma questão dos custos



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

evoluírem para mais ou para menos, durante um ano, dois ou três, se houver um PPI, e se o ato se vai repetir em mais que um ano, é obrigação do planeamento que esteja inscrito nos diversos anos em que deve ser executado este tipo de contratos. -----

-----O Senhor Presidente referiu que lhe parecia que a única questão que merecia alguma resposta, por tudo o que tinha sido apresentado é que, quando há despachos que tragam responsabilidades financeiras à Câmara, tem que dar conhecimento ao Executivo. No caso do projeto da Várzea, que foi aprovado em reunião, ainda não houve nenhum despacho que traga responsabilidades financeiras. O mesmo acontecerá no momento da assinatura do contrato e será presente a reunião.-----

Prosseguiu dizendo que relativamente à última opinião do Senhor Vereador, no que se refere a legislação, também gosta muito de se suportar nos pareceres técnicos e essencialmente jurídicos e não sentiu necessidade de recorrer à tutela porque, no colóquio da ATAM (Associação dos Técnicos de Administração Autárquica) que decorreu na Guarda, a que assistiu em conjunto com os Chefes da DAG e da DPOU, a tutela esteve presente e esta questão foi suscitada e foi explicada, tanto por técnicos da ATAM como também, pela Secretaria de Estado da Administração Local e outras com que a Câmara se tem confrontado e que tem a ver com a falta de regulamentação de um determinado decreto-lei, que foi publicado e depois foi regulamentado para a Administração Pública e não foi regulamentado para a Administração Local. Esta situação já acontece desde o Orçamento de Estado de 2010. Contudo, entende que não é despiciente recorrer a outras instâncias superiores da tutela, visto que os Senhores Vereadores não se sentem esclarecidos.-----

-----O Senhor Vice-Presidente António José Ascensão Fraga agradeceu à Câmara Municipal, na pessoa do Senhor Presidente e de todos os Senhores Vereadores, as manifestações de amizade e solidariedade de que foi alvo nos últimos dias, devido ao falecimento da sua mãe. Prosseguiu dizendo que, se é verdade que as flores são um gesto com aspeto simbólico, a amizade e a solidariedade essas ficam a marcá-lo profundamente, de uma forma muito sincera para o resto da sua vida. Se nestes últimos dias, ficou mais pobre, a realidade é que regista com agrado, que em termos de amizade e de amigos é privilegiado, para não dizer que é rico. Fica pois o seu agradecimento profundo à Câmara Municipal e a todos os seus membros.-----

Prosseguiu dizendo que também não podia deixar passar em claro, a manifestação quer de condolências, quer do envio de flores por parte dos trabalhadores da Câmara Municipal, gesto que também o marcou profundamente, daí querer que fique registado em ata este agradecimento público e sincero a todos os trabalhadores da Câmara Municipal.-----

Ordem do Dia -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Ratificação da decisão sobre o pedido de isenção de taxas, formulado pela Santa Casa da Misericórdia de Manteigas, referente ao processo do imóvel descrito na Matriz Urbana , da Freguesia de Santa Maria (Manteigas), sob o nº 626, sito na Praça Luís de Camões.-----

-----Foi presente, para ratificação, a decisão sobre o pedido de isenção de taxas, formulado pela Santa Casa da Misericórdia de Manteigas, referente ao processo do imóvel descrito na Matriz Urbana, da Freguesia de Santa Maria (Manteigas), sob o nº 626, sito na Praça Luís de Camões. -----

-----Submetido a votação, a Câmara deliberou por unanimidade, ratificar a decisão referente ao pedido de isenção de taxas, formulado pela Santa Casa da Misericórdia de Manteigas, alusivo ao processo do imóvel descrito na Matriz Urbana, da Freguesia de Santa Maria (Manteigas), sob o nº 626, sito na Praça Luís de Camões. -----

Apreciação do e-mail remetido pelo Senhor Jorge Patrão, do Turismo Serra da Estrela, em representação da Comissão Permanente da Fundação Escola-Gest, datado de 22 de novembro de 2011, e deliberação sobre a renda da Escola Profissional de Hotelaria de Manteigas.-----

-----O Senhor Presidente expôs o assunto e referiu que a EPHM (Escola Profissional de Hotelaria de Manteigas) continuava a atrasar o pagamento das rendas. Foram oficiados das implicações de tal procedimento, dos juros de mora e do processo de injunção, se não pagarem. O Senhor Diretor da escola não deveria deixar de pagar a renda à Câmara Municipal e, se tinha questões a colocar em função da redução do financiamento do Ministério da Educação, para os diversos projetos da escola, deveria tê-lo feito à Comissão Permanente da Fundação Escola-Gest que, depois, decidiria. -----

Prosseguiu dizendo que perante o que estava a suceder, a Comissão Permanente decidiu pela continuidade do pagamento da renda, submetendo, no entanto, novamente à Câmara Municipal o pedido de redução das rendas. Não a eliminação completa da renda, mas a redução da mesma no justo valor da redução das transferências do Ministério da Educação para a Fundação Escola-Gest. Há uma redução de 30% no valor global das transferências, porque a renda não vem discriminada. Neste momento, as transferências são feitas por turma, sendo obrigatório que cada turma tenha um determinado número de alunos, senão é logo fortemente penalizada financeiramente. Mas, reconhecendo que houve uma redução de financiamento de 30%, não lhe parece que seja despiciente que (não é abdicar do pagamento da renda) e a Câmara olhe para uma redução de 30% se vier, entretanto, a aumentar o subsídio a cada uma das turmas e o financiamento à escola. Será reajustado, depois em devido tempo.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que antes haviam os custos reais e passou para custos unitários e sendo assim, se não teriam todos de pagar um pouco do decréscimo da circunstâncias, ou seja, “dividir o mal pelas aldeias”, pelos professores e outros. -- Prosseguiu dizendo que o POPH sempre deu verbas para instalações onde são ministrados os cursos e continua a dar. -----

----- O Senhor Presidente clarificou que deixou de dar, especificamente, para isso. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia retomou dizendo que, se deixou de dar especificamente, portanto agora dá em conjunto, e se há uma verba global para distribuir, entende que se deve gerir o que se tem e se todos tiverem que suportar um pouco, designadamente se a Câmara tiver que abdicar e fazer uma nova outorga da renda para o processo, é uma coisa, agora é preciso ver, num total global, quem também é abrangido por estas medidas. -----

----- O Senhor Presidente esclareceu que foi dito à direção da escola, que têm de trabalhar no sentido de reduzir as despesas todas e essencialmente as despesas correntes e, desde logo, também no pagamento dos salários. Não diria até no pagamento (redução do salário a cada um dos professores), porque o professor pode continuar a ganhar a mesma coisa e dá mais duas ou três aulas numa outra turma, reduzindo os recursos humanos. Não se trata de baixar o ordenado, mas ser mais produtivo, de forma a evitar a contratualização de mais pessoal, porque a maior parte dos formadores, daquela escola, têm contratos anuais. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que a maior parte dos formadores está efetiva. -----

----- O Senhor Presidente discordou e disse que, uma boa parte, são anuais. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que o Senhor Presidente e tantos outros foram obrigados a abdicar de 5% do vencimento, no ano passado, e este ano também já abdicou do subsídio de Natal. Nos serviços públicos, vão cortar o 13º mês aos professores e formadores dos serviços públicos. Consequentemente, atendendo a que é uma instituição com entidades públicas, deveria ter assumido o mesmo critério de 5% de redução com muita legitimidade. -----

----- O Senhor Presidente referiu que, espera que nas contas de 2011, se reflita já uma redução da despesa significativa. Por outro lado, para além da redução das despesas, que a escola tenha uma participação mais ativa na relação com a comunidade local e até a nível económico, tem tido esta luta intensa nesse sentido. -----

Prosseguiu dizendo que tudo o que tem sido feito, é no sentido da redução das despesas e a Câmara, enquanto proprietária e senhoria das instalações, tem a obrigação de intervir no telhado, é necessário eliminar algumas humidades, substituir algumas canalizações, por



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

consequente, não pode ficar sem a renda. O senhorio não pode fazer as obras, sem receber a renda. Contudo, é reconhecido pela Comissão Permanente que há redução nas transferências do Ministério da Educação para a escola e, não fosse também algum esforço que tem sido desenvolvido e alguma participação conjunta do Colégio, da Fundação Escola-Gest e da Câmara Municipal, que se disponibilizaram a trazer alunos, inclusivamente, dos Palop's, provavelmente estar-se-ia, agora, a braços com o encerramento da EPHM e do Colégio. Portanto, entende que não será despiciente olhar-se para esta questão, com as recomendações todas que são feitas: haver uma significativa redução de custos no funcionamento da escola, também ao nível do pessoal, e ao nível do pessoal não significa que se tenha de proceder a cortes no vencimento de alguém, que se rentabilizem mais os recursos humanos e que por exemplo, ao longo do ano letivo de 2011/ 2012, se reconheça no final que já se pagou menos em termos de vencimentos. Se assim for, mesmo sem haver cortes de ordenados e haja uma racionalização dos recursos humanos e se compreenda que houve menos gastos, se fôr um resultado positivo, é positivo para a escola e também para Manteigas. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia entende que professores da EPHM são muito beneficiados visto que não têm que ir a concurso, ganham conforme os outros do ensino oficial, os que já têm o horário completo, entre outras coisas. -----

Prosseguiu propondo que se aplique, relativamente a vencimentos e remunerações, o que se aplicou à função pública, na medida em que é uma "Fundação". -----

-----O Senhor Presidente clarificou que essa medida não era aplicável. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia continuou dizendo não sendo aplicável diretamente, pode ser aplicável indiretamente e o valor que corresponde, em caso de dedução, seria traduzido em horas de trabalho. -----

-----O Senhor Presidente também é do entendimento de que se devem rentabilizar cada vez mais os recursos humanos, evitar mais contratualizações, porque há contratos que são feitos a prazo, por um ano, e é preciso chegar ao final do ano letivo de 2011/2012 e perceber que se conseguiu administrar com os mesmos custos, porventura com mais alunos do que no ano anterior e com menos professores. -----

Prosseguiu dizendo que se poderia recomendar e, já trouxe esta questão à discussão no final do ano letivo anterior, tendo em conta que a Câmara também já foi objeto de cortes, não só para se refletir nos vencimentos dos senhores professores e dos senhores formadores, mas também do Senhor Diretor, do Senhor Presidente e do Senhor Vice-Presidente da EPHM.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso é de opinião de que a escola tinha a capacidade de gerar receitas prestando serviços e que a renda paga, dois mil e setecentos



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

euros, não dá para as despesas de manutenção da escola e a mesma deveria dar para a manter e remanescer algum valor. Prosseguiu dizendo que a escola está sempre a ter obras. -----
De seguida, referenciou a Escola Profissional de Seia que tem várias iniciativas e isso vê-se nos jornais, enquanto que a EPHM desapareceu do mapa e, acredita que é por causa disso, que tem cada vez menos alunos. -----

----- O Senhor Presidente entende que a EPHM necessita de uma resolução, porque não pode continuar *ab aeternum*, como se a escola não tivesse nada a ver com o Concelho, como se não tivesse nada a ver com a Câmara e com as outras instituições que suportam a Fundação. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso referiu que quando realizaram o programa verão Total em Manteigas, poderiam ter aproveitado os contactos e depois cobraram uma fortuna à Câmara por causa das refeições fornecidas ao pessoal da televisão. -----

----- O Senhor Presidente referiu que existem procedimentos que têm de ser alterados a fim de que se ultrapassem determinadas situações. Tem de existir algum consenso, que tem de ser materializado à volta dos problemas que existem, neste momento, na escola, e também á volta da resolução dos mesmos. A escola deveria ser mais rentável para o Concelho. -----

Prosseguiu dizendo que é uma escola que continua a ser de prestígio em relação à colocação dos profissionais que ali são formados todavia, o que representa para o Concelho é muito pouco. A EPHM tem de ter uma relação mais direta com a comunidade e por outro lado, têm de ter uma envolvência muito maior na redução dos seus problemas financeiros, por parte de quem a dirige. Continuou dizendo que se trata de uma demonstração de alguma atenção por parte da Câmara ao fazer sentir esta decisão que é tomada e ao fazer sentir que está disposta a resolver o problema. Contudo, exige também, que haja alguma intervenção séria na redução de custos e na obtenção de receitas. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que, na sua opinião, não deveria existir o regime de internato de alunos dentro da escola, devendo estes ficar alojados na Vila, porque só o facto de lá dormirem acarreta muitas despesas. Os alunos têm o seu dinheiro que lhes é atribuído e depois poderão utilizá-lo como entenderem melhor. -----

----- O Senhor Presidente salientou que alguns deles já estão a mobilizar o mercado do alojamento. -----

Prosseguiu dizendo que existe algum problema ao nível do alojamento fora da escola, porque como não está definido o subsídio de alojamento, a verba é global, os alunos têm alguma dificuldade em se alojar fora da escola. O número de alunos que frequentam a escola e estão alojados na Vila são em número reduzido, em relação ao Colégio, que não tem internato. Contudo, parece que é o próprio Colégio que gere a parte do alojamento também. Na EPHM, já há alunos São Tomenses que recebem o subsídio, mas que se queixam que o que a escola lhes



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

paga é insuficiente para se manterem cá fora. Seria muito positivo para a Vila, se se mobilizasse ainda mais o mercado do alojamento, com os alunos que vêm de fora do Concelho. -----

Prosseguiu dizendo que já está a haver algumas repercussões com o alojamento dos alunos visto que há casas que já estavam devolutas e que estão, neste momento, ocupadas.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso salientou que alguns encarregados de educação dos alunos de nível II, deixam-nos vir desde que estejam alojados na escola, porque alguns não têm idade para andarem por aí. -----

-----O Senhor Presidente concordou com o que o Senhor Vereador José Manuel Cardoso expôs. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso recomendou que esta deliberação fosse tomada por um ano e que, daqui a um ano, fosse ponderado mantê-la ou retirá-la. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia propôs que seja deduzido o equivalente aquilo que já foi retirado às outras escolas, em termos de remunerações e que seja deduzido, não em termos específicos, mas em termos globais.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso referiu que a Fundação é uma entidade privada e o pessoal docente tem um contrato, um acordo coletivo de trabalho. O pessoal não docente, já é diferente, porque o que foi acordado é que os aumentos salariais seriam os que vigorassem na função pública. -----

-----O Senhor Presidente falou que ficaria como recomendação porque, em termos objetivos, se iria ver como se poderia realizar. -----

-----Submetido a votação, a Câmara deliberou por unanimidade, que seja considerada uma redução de 30% no valor da renda da EPHM, entretanto, se o subsídio a cada uma das turmas e o financiamento à escola aumentar, será reajustado; que se recomende uma significativa redução de custos no funcionamento da escola, ao nível das despesas correntes e na rentabilização dos recursos humanos, evitar mais contratualizações; que a escola tenha uma participação mais ativa na relação com a comunidade local e até a nível económico; que haja alguma intervenção na redução de custos e na obtenção de receitas; que seja deduzido o equivalente aquilo que já foi retirado às outras escolas, nas remunerações, não em termos financeiros, mas em termos globais e que esta deliberação seja tomada por um ano e daqui a um ano, seja ponderado mantê-la ou retirá-la. -----

Mais se deliberou recomendar que, tendo em conta que a Câmara também já foi objeto de cortes, não só se reflita nos vencimentos dos senhores professores e dos senhores formadores, mas também do Senhor Diretor, do Senhor Presidente e do Senhor Vice-Presidente da EPHM.---



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Apreciação da informação nº 01/2012 – Tesouraria (JM), datada de 03-01-2012 e deliberação referente a alteração da Norma de Controlo Interno – Fundo de Maneio e Anexo I (Movimento em Caixa e Bancos).-----

-----Foi presente a informação nº 01/2012 – Tesouraria (JM), datada de 03-01-2012 e deliberação referente a alteração da Norma de Controlo Interno – Fundo de Maneio e Anexo I (Movimento em Caixa e Bancos).-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que entendia o que se pretendia, todavia não está expresso no documento. Aceita que exista um fundo de maneio, com as rubricas que estão expressas, todavia acha que o texto tem de ser aprimorado.-----

-----O Senhor Presidente referiu que, para que não houvesse dúvidas, o texto iria ser aprimorado.-----

Apreciação da proposta do Senhor Presidente, nos termos do artigo 5º, do Decreto-Lei nº 209/2009, de 03 de setembro, conjugado com o artigo 7º, da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro.-----

-----Foi presente a proposta do Senhor Presidente, nos termos do artigo 5º, do Decreto-Lei nº 209/2009, de 03 de setembro, conjugado com o artigo 7º, da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro que a seguir se transcreve:-----

“I. Enquadramento Legal

Nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 03 de setembro, conjugado com o artigo 7.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro (doravante designada de LVCR), compete ao órgão executivo, no prazo de 15 dias após o início da execução do orçamento, tomar decisões nos seguintes domínios:

1. Recrutamento de novos postos de trabalho

Determinar o montante máximo a despendar com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos, e não ocupados, no mapa de pessoal da Câmara Municipal de Manteigas aprovado.

2. Alteração do posicionamento remuneratório e atribuição de prémios de desempenho

Nos termos do artigo 24.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31-12 (Orçamento do Estado para 2011), que se mantém em vigor por força do n.º 1 do artigo 20.º da Lei 64-B/2011, de 30-12 (Orçamento do Estado para 2012) *é vedada a prática de quaisquer atos que consubstanciem valorizações remuneratórias, designadamente alterações de posicionamento remuneratório e atribuição de prémios de desempenho ou outras prestações pecuniárias de natureza afim.*

II. Nestes termos, **proponho**, relativamente a cada um dos pontos acima indicados, o seguinte:



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

1. Recrutamento de novos postos de trabalho

Dotação: €52.170,62

Os recrutamentos previstos encontram-se devidamente considerados no Mapa de Pessoal para o Ano de 2012.

2. Alteração do posicionamento remuneratório e prémios de desempenho

Tendo em conta a proibição de valorizações remuneratórias, enunciadas em I.2. não foram afetadas verbas.

III. Nos termos previstos na LVCR, a deliberação do órgão executivo é tornada pública por afixação em local próprio na Câmara Municipal de Manteigas e na respetiva página eletrónica.”

Depois de votado, a Câmara Municipal, deliberou, aprovar a proposta do Senhor Presidente, nos termos do artigo 5º, do Decreto-Lei nº 209/2009, de 03 de setembro, conjugado com o artigo 7º, da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro.”-----

-----Decorrente do debate produzido relativamente a esta deliberação imposta por lei, o Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que se abstinha de votar porque acha que, na situação atual, com a legislação que já existe e que parece que vai ser ainda reformulada, não vai haver novas admissões para a Administração Central e Local e porque acha que não deve ser considerado este processo. -----

-----Submetido a votação, a Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção do Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia, aprovar a proposta do Senhor Presidente, nos termos do artigo 5º, do Decreto-Lei nº 209/2009, de 03 de setembro, conjugado com o artigo 7º, da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

Ratificação dos atos praticados constantes na informação nº 01/2012/ABS.P, datada de quatro de janeiro de dois mil e doze, referente às aquisições de serviços – requisições.-----

-----Foi presente a informação nº 01/2012/ABS.P, datada de quatro de janeiro de dois mil e doze, referente às aquisições de serviços, de acordo com o deliberado em reunião ordinária, de 09 de fevereiro do corrente ano. -----

Aquisição de Serviços - requisições internas autorizadas no período de 22 a 30 de dezembro de 2011 inclusive

Req. Interna	Data		Fornecedor	Morada	Referente a	Valor
	emissão	autorização				
1109	22.Dez	22.Dez	Ana Isabel Filipe Ramos	Manteigas	Jantar de Natal CCD	1.989,00
1120	29.Dez	30.Dez	Filipe Sobral Lopes	Manteigas	Refeições	73,80



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- Submetida a votação, a Câmara Municipal, deliberou, ratificar as aquisições de serviços. ---

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

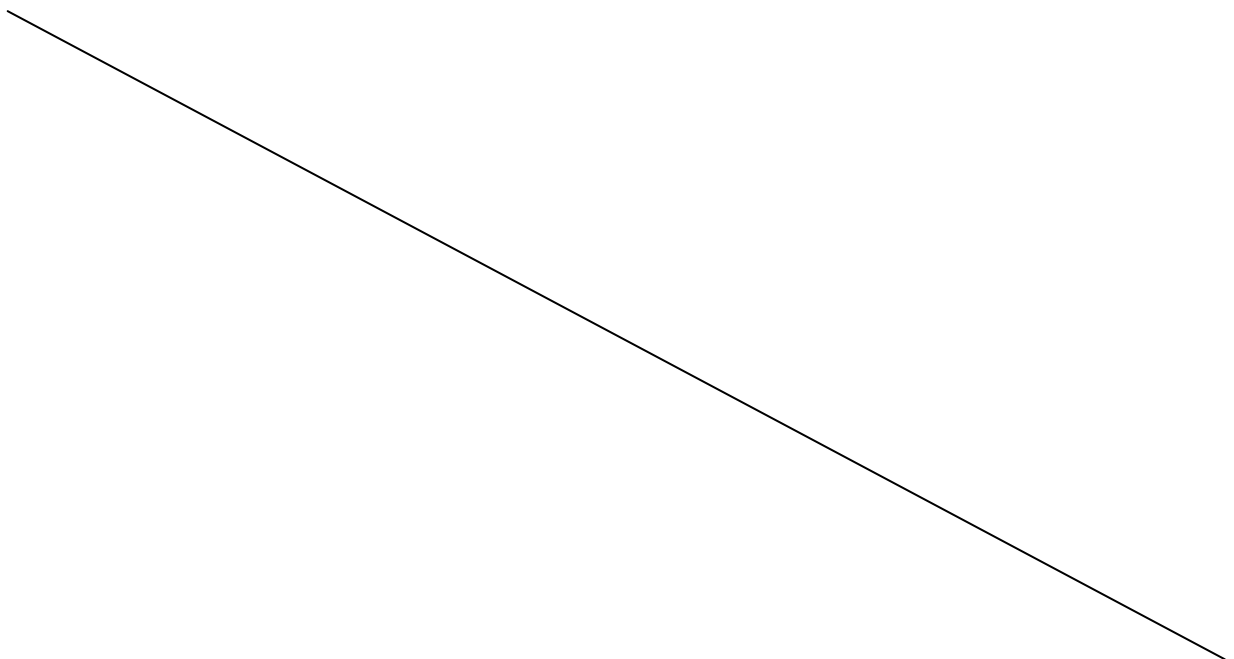
Finanças Municipais.-----

Foi presente o Balancete de Tesouraria, respeitante ao dia de ontem, que acusa um saldo em dinheiro no montante de quarenta e cinco mil, oitocentos e sessenta euros e setenta e nove cêntimos (€ 45.860,79).-----

----- E nada mais havendo a tratar, sendo cerca das dezasseis horas e cinquenta e cinco minutos, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a presente reunião. Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Vereadores presentes e por mim

Maria Gabriela da Palma

Gomes Cravinho, Chefe da Divisão de Administração Geral, que a redigi.----- .





CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

